

Faria pode perder mandato este mês

BRASÍLIA — A Mesa Diretora da Câmara decidiu ontem solicitar, através de representação à Comissão de Constituição e Justiça, a suspensão do mandato do Deputado Gustavo de Faria (PMDB-RJ), por irregularidades administrativas quando presidiu o Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC), que causaram prejuízo de NCZ\$ 13 milhões à entidade. A decisão obteve a unanimidade dos sete integrantes da Mesa e a previsão é de que a suspensão do mandato de Faria seja concretizada até o próximo dia 30, em sessão secreta no plenário da Câmara.

A representação da Mesa contra Faria cita a ocorrência de diversas aplicações financeiras feitas pelo Deputado sem prévia concordância do Conselho Deliberativo do IPC, o que permite seja ele incluso no artigo 55, inciso II da Constituição e nos artigos 253 e 254 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Pelo Regimento, o ex-Presidente do IPC não poderia efetuar as aplicações financeiras sem a anuência dos conselheiros do IPC. E na Constituição está prevista a perda do mandato por "falta de decoro parlamentar".

Contudo, a suspensão do mandato de Faria só ocorrerá após lhe ser concedido direito de defesa. A partir de hoje, a Comissão de Constituição e Justiça tem 15 dias para dar parecer e entregá-lo à Mesa, mas segundo o 1º Vice-Presidente da Mesa, Inocência de Oliveira (PFL-PE), o



Telefoto de Josemar Gonçalves

Na reunião, membros da Mesa da Câmara discutem a punição para Faria

cência de Oliveira (PFL-PE), o Presidente da Comissão, Nelson Jobim (PMDB-RS), assegurou que entregará o parecer na terça-feira. Em seguida, o Presidente da Câmara, Paes de Andrade (PMDB-CE), enviará o parecer ao plenário e instalará comissão de nove deputados, para ouvir e julgar a defesa de Faria.

Inocência era favorável à imediata suspensão do mandato do ex-Presidente do IPC e na segunda-feira chegou a afirmar que não assinaria qualquer ato da Mesa que implicasse prévio encaminhamento à Comissão de Constituição e Justiça, por julgar que a demora prejudicaria a credibilidade pública da moralização do

Congresso. Como a Mesa, na representação contra Faria incluiu solicitação de perda de mandato e os parlamentares se comprometeram a abreviar o processo (estão previstas até três sessões diárias para a defesa do acusado), Inocência concordou com a decisão dos demais integrantes da Mesa.

A Mesa do Senado também se reuniu ontem para tratar do procedimento em relação aos Senadores Odacir Soares (PFL-RO) e João Lobo (PFL-PI), Vice-Presidente e Tesoureiro do IPC, na gestão de Faria. Ambos são citados no relatório como envolvidos nas irregularidades no IPC.